



**PAUTA
PARA A 66ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 24 DE JUNHO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1014, de 2015, de autoria do Tribunal de Justiça. Dá nova redação ao inciso X do parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre despesas decorrentes de serviços públicos de natureza forense.

2 - Projeto de lei nº 1015, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública o "Centro Educacional Jabuti", em Mogi das Cruzes.

3 - Projeto de lei nº 1016, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira e outros. Institui o "Dia do Policial Militar Evangélico".

4 - Projeto de lei nº 1017, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos salões de festas exibirem em suas dependências advertência sobre a conduta criminosa de dirigir sob a influência de álcool.

5 - Projeto de lei nº 1018, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia do Pastor".

6 - Projeto de lei nº 1019, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia do Policial Militar Rodoviário".

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 36, de 2015, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Altera o § 3º do artigo 24 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, que dispõe sobre a composição do Órgão Especial.

2 - Projeto de lei nº 1007, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Autoriza o Poder Executivo a introduzir estímulos para a interiorização da distribuição de Gás Natural Comprimido - GNC no Estado.

3 - Projeto de lei nº 1008, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Proíbe o porte de arma branca no Estado.

4 - Projeto de lei nº 1009, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual de Luta contra a Medicalização da Educação", a ser promovido anualmente no dia 11 de novembro.

5 - Projeto de lei nº 1010, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Vereador Zé Índio" à passarela localizada no km 37 da Rodovia dos Tamoios, em Paraibuna.

6 - Projeto de lei nº 1011, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas que se adequarem às normas de eficiência energética.

7 - Projeto de lei nº 1012, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Proíbe, nas unidades escolares de educação básica, a comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans.

8 - Projeto de lei nº 1013, de 2015, de autoria do deputado Gileno Gomes. Torna obrigatória a presença de cobradores no transporte coletivo intermunicipal.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 996, de 2015, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Declara de utilidade pública a "Associação Ação Cristã Comunitária do Brasil - Projeto Shalom", em Santo André.

2 - Projeto de lei nº 997, de 2015, de autoria do deputado Alexandre Pereira. Classifica São Miguel Arcanjo como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 998, de 2015, de autoria da deputada Leci Brandão. Estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no

Estado.

4 - Projeto de lei nº 999, de 2015, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

5 - Projeto de lei nº 1000, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe a produção e a comercialização de "foie gras" no âmbito do Estado.

6 - Projeto de lei nº 1001, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Juventude Evangélica Unidas por São Paulo", na Capital.

7 - Projeto de lei nº 1002, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Moços de São Paulo", na Capital.

8 - Projeto de lei nº 1003, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Declara de utilidade pública "Associação PROJUMI, Projeto Junto à Missões", na Capital.

9 - Projeto de lei nº 1004, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Cria o serviço "DISQUE EMPREGO" junto aos PATs (Postos de Atendimento ao Trabalhador) na Capital e demais cidades do Estado.

10 - Projeto de lei nº 1005, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Proíbe aos clubes recreativos e similares a exigência de uniforme para ingresso em suas dependências de acompanhantes de menores e acompanhantes de idosos e de convidados de sócios da referida agremiação.

11 - Projeto de lei nº 1006, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi. Dá a denominação de "Pastor Carlos Padilha de Siqueira" ao viaduto localizado no km 6,3 da SP 501, Rodovia Julio Budisk, em Presidente Prudente.

12 - Moção nº 47, de 2015, de autoria do deputado Marcos Martins. Manifesta repúdio aos vínculos de contratos de patrocínios no esporte brasileiro, com a empresa Eternit S.A., repúdio esse motivado pelo fato de a referida empresa ser fabricante de produtos que têm em sua composição o amianto, produto altamente cancerígeno.

1 - Projeto de lei Complementar nº 35, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação a dispositivo da Lei Complementar nº 419, de 1985, que dispõe sobre a constituição do Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar, estabelece nova sistemática ao acesso do Quadro de Oficiais Especialistas - Músicos e dá providências correlatas.

2 - Projeto de lei nº 981, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Regulamenta a divulgação por qualquer meio ou processo de dado pessoal sem a prévia autorização de seu titular.

3 - Projeto de lei nº 982, de 2015, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Professor Vivalter Kerche de Camargo" à E.E. CHB Embu N, em Embu das Artes.

4 - Projeto de lei nº 983, de 2015, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Professor Henrique Costa" à Escola Estadual Jardim São Luiz II, em Embu das Artes.

5 - Projeto de lei nº 984, de 2015, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dá a denominação de "Professor José Camargo" à Faculdade de Tecnologia de Jales, unidade de ensino superior tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS), em Jales.

6 - Projeto de lei nº 985, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a Criação do Sistema Estadual de Prevenção ao Furto, Roubo e Comércio Ilegal de Bicicletas no Estado.

7 - Projeto de lei nº 986, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produto ou serviços informarem histórico dos preços dos produtos ou serviços em promoção.

8 - Projeto de lei nº 987, de 2015, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a comercialização de utensílios infantis customizados com cristais e outros adornos em seu acabamento.

9 - Projeto de lei nº 988, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto que utilize penas e plumas de ganso, cisne ou outra espécie de ave no Estado.

10 - Projeto de lei nº 989, de 2015, de autoria do deputado Ramalho da Construção. Dispõe sobre a responsabilização das empresas por defeitos e vícios na execução de obras de programas de habitação popular.

11 - Projeto de lei nº 990, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de equipamentos para utilização de água reciclada na lavagem de veículos.

12 - Projeto de lei nº 991, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Institui a Campanha de Conscientização sobre a Esteatose Hepática.

13 - Projeto de lei nº 992, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar contraceptivos reversíveis de longa duração para as mulheres que especifica.

14 - Projeto de lei nº 993, de 2015, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a proibição do uso de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados nas vias e logradouros públicos e que venham perturbar o sossego público.

15 - Projeto de lei nº 994, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Renato Damo" ao Poupatempo de Mauá.

16 - Moção nº 42, de 2015, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apelo para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de que empreendam todos os esforços necessários visando a alteração de dispositivos de nosso Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), aumentando o rigor das penas, inclusive estabelecendo a aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), para os bandidos que praticam crimes com emprego de armamento pesado ou de grosso calibre, além de granadas e outros artefatos explosivos.

17 - Moção nº 43, de 2015, de autoria do deputado Adilson Rossi e outros. Apela para o Sr. Doutor Procurador Geral de Justiça do Estado a fim de que tome as providências cabíveis relativamente aos atos explícitos de escárnio e desrespeito à liberdade religiosa e à fé ocorridos durante a Parada LGBT, em 7 de junho último, na Capital, uma vez que tais lamentáveis acontecimentos configuram crimes passíveis de punição.

18 - Moção nº 44, de 2015, de autoria do deputado André Soares. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos Líderes Partidários, a fim de que tomem as medidas cabíveis e urgentes necessárias à regulamentação da profissão de analista de relações internacionais ou internacionalista.

19 - Moção nº 45, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Apela ao Senhor Governador para que retire a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5220, proposta pelo Executivo Estadual junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a emenda da Lei Complementar 1199/13, que garante às servidoras públicas estaduais em estágio probatório o direito à licença-maternidade de seis meses.

20 - Moção nº 46, de 2015, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Apela ao Senhor Governador do Estado de São Paulo a fim de realizar estudos aprofundados sobre a interrupção das obras de instalação das PCHs ao longo do Rio Pardo, impedindo o desmatamento de grandes áreas de mata nativa e a desapropriação de terras de pelo menos 33 produtores rurais, evitando prejuízos irreversíveis ao meio ambiente.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 978, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Dr. Osmar Almeida Luz" ao AME - Ambulatório Médico de Especialidades de Fernandópolis.

2 - Projeto de lei nº 979, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Torna obrigatória a realização de exames oftalmológicos (exame de vista) gratuitos em todos os alunos que iniciarem o ensino fundamental da rede pública estadual de ensino.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 344, de 2013, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Dá a denominação de "Seo Moura" à área estadual onde se localiza o Viveiro de Jacareí, naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 1346, de 2014, de autoria do deputado Jooji Hato. Institui o "Dia Estadual de Prevenção à Hipertensão Arterial".